

Guerra Civil Farroupilha no contexto platino (1835-1845)

Farroupilha Civil War in the platino context (1835-1845)

Janaíta da Rocha Golin*

Resumo: O objetivo deste artigo implica em investigar as relações do Brasil e dos farroupilhas com o Uruguai (Banda Oriental) e a Confederação argentina (Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes). As relações internacionais que os artífices do movimento farroupilha mantinham com o Prata tinham o objetivo de, primordialmente, efetivar a satisfação de seus interesses pessoais e prosseguir com a revolta suprindo as suas necessidades estruturais e militares, assim como o Império relacionava-se com o Prata no intuito de debelar a discórdia instituída pelos rebeldes farroupilhas.

Palavras-chave: Farroupilhas, Relações e Prata.

Abstract: The purpose of this paper implies in investigate the relations between Brazil and farroupilhas with Uruguay (Banda Oriental) and the Confederação Argentina (Buenos Aires, Santa Fe, Entre Rios and Corrientes). The International relations that the artificers of the farroupilha's movement kept with the Prata had the main objective effect the satisfaction of their personal interests and continue the revolt supplying their structural and military necessities, as well as the Império was related with the Prata in order to quell the discord established of the farroupilhas rebels.

Key-words: Farroupilhas, Relations and Prata.

A condição fronteira e geográfica do território sul-rio-grandense propiciou o estabelecimento de relações da elite farroupilha com os líderes/governantes das Províncias platinas, como por exemplo, Juan Manuel de Rosas, governador da Província de Buenos Aires; Rivera e Oribe, governantes da Banda Oriental e respectivos adversários. Esta busca de alianças no espaço platino deu fôlego aos sublevados na medida em que tornou possível a sobrevivência dos rebeldes que se consideravam parte de uma República Rio-Grandense (1836-1845) devido ao fluxo de produtos para os mercados platinos, mantenedores de um tráfego em sentido contrário das mercadorias que abasteciam as tropas sublevadas, como armamentos e cavahadas. Na medida em que os farroupilhas relacionavam-se com os seus presumíveis aliados, o Império procurou negociar com estes mesmos comparsas, supondo que o impedimento destas relações de ajuda mútua entre farroupilhas e países do Prata provocaria o desfecho da insurreição sul-rio-grandense.

A perspectiva das relações dos habitantes da Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, com seus vizinhos platinos brotava não só da proximidade geográfica como também das semelhanças de concepções políticas e ideológicas, reproduzindo-se alianças paralelas e, muitas vezes, contraditórias, em ambos os lados da fronteira. João Pandiá

* Mestra em História Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal da Fronteira Sul. itauffs@uffs.edu.br

Calógeras, apesar de expressar uma visão unificadora, sem antagonismos entre os sul-riograndenses, historia as ligações com orientais, afirmando que na estremadura “dominava a projecção do ideal artiguista”, e que da “epopéa de 1810 em diante, haviam cooperado com o Precursor elementos da provincia sulina”, ensejando alianças “entre habitantes de um e outro lado da fronteira”. Desta maneira, era muito plausível que “nas revoluções uruguayas, e, mais tarde, na guerra da Republica do Piratinim contra o Imperio, existia franca e manifesta collaboração dos dous povos” (CALÓGERAS, 1989, p. 186).

Na conjuntura da década de 1830, Rosas e Oribe visualizaram nos farroupilhas o instrumento para fracionar o Brasil. Nos primeiros anos da insurreição, o governo portenho concebeu planos com a pretensão de transformar o perfil político da América meridional. Para alguns expoentes da historiografia brasileira, o apoio de Rosas ao movimento farroupilha tinha a intenção de apoderar-se da República Rio-Grandense “tão logo se consumasse a separação” em relação ao Brasil. Diversos projetos de poder foram concebidos. Dentre eles, “as conversações para a formação de uma Confederação, constituída pelo Rio Grande, Santa Catarina, Uruguai e mesopotâmia argentina” (GOLIN, 2002, p. 343).

Entre 1837 e 1838, a legação brasileira em Buenos Aires fez diversas reclamações, a exemplo dos “auxílios de cavalos e outros artigos de guerra” entregues aos farroupilhas através das províncias de Entre Rios e Corrientes. O porto de Montevideú, no Uruguai, substituiu o porto de Rio Grande para comércio externo, já que o litoral da provincia sulina fora bloqueado pela Marinha imperial para utilização dos rebeldes. Em setembro de 1839, Rosas recebeu Antônio Manuel Correa da Câmara como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Rio-Grandense, na prática, reconhecendo-a como país independente. Ardilosamente, justificou à legação imperial que “não o rechaçava para que o governo argentino tivesse oportunidade de exercer seus bons officios para o bem da paz entre os partidos contendores” (GOLIN, 2002, p. 344).

Depois de praticamente quatro anos de relações com Rosas, os farroupilhas se uniram ao general Frutuoso Rivera. Inimigo ferrenho de Rivera, Rosas passou a propor ações conjuntas entre Buenos Aires e o Império contra os rebeldes do Brasil e da República Oriental. Por razões estratégicas, essa aliança nunca ultrapassou as tratativas diplomáticas. Resultou no seu fracasso a “resoluta posição de Rosas em não renunciar às Missões Orientais, conforme proposta brasileira” (GOLIN, 2002, p. 344).

A principal ambição política de Rosas, a qual permearia grande parte de suas ações políticas, militares e diplomáticas, constituía-se na tentativa de recriar o antigo vice-reinado do

Rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha abrangendo Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do sul do Brasil. Esta unidade espacial foi extinta pelo movimento de independência iniciado em 1810. Mas Rosas, autoproclamando a Argentina como herdeira colonial, para efetivar a sua ambição geopolítica, precisaria conquistar três nações soberanas: a Bolívia, o Uruguai e o Paraguai, além de parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme a linha do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Para atingir tal objetivo, o caudilho buscou possíveis aliados nos países vizinhos que pudessem colaborar com seus planos, envolvendo-os na política interna e econômica, financiando suas rebeliões e guerras civis, destacando-se a implementação da aliança Oribe-Rosas no combate a Rivera na Banda Oriental e o auxílio aos rebeldes farroupilhas no enfrentamento com o Império do Brasil. Nos territórios de difícil incorporação, como Uruguai e Rio Grande do Sul, Rosas pretendia estabelecer áreas de influências, articuladas com a geopolítica de Buenos Aires.

No período histórico da guerra civil farroupilha de 1835 a 1845, Rosas e Oribe buscaram, de todas as formas, instrumentalizarem os farroupilhas contra o Império, numa tentativa de separar a província meridional do Brasil e consolidar a almejada federação platina:

O ideal de reabilitação do vice-reinado de Buenos Aires começou, sem dúvida, a insinuar-se no espírito de Rosas quando este se assenhorou de Montevideú. [...] Expostas ficaram as fronteiras do Brasil, cujo alvo imediato seria a província de São Pedro do Sul. O objetivo mais próximo consistia na incorporação do território das Missões à Confederação, tomando por base os textos dos antigos atos das metrópoles (GOUVEIA, 1962, p. 176).

O Império, por outro lado, concentrava suas ações na tentativa de dificultar as negociações dos rebeldes com Oribe e Rosas, mantendo Rivera como aliado importante no empreendimento de deflagração da revolta farroupilha. Rivera colaborava com o Império na medida em que temia uma intervenção militar brasileira combinada com Rosas, para liquidar simultaneamente os colorados (seus aliados, em oposição aos *blancos* de Oribe) da Banda Oriental e os rebeldes do Rio Grande do Sul. No entanto, Rivera permaneceu durante o período de aliança com o Império, perfazendo ações que iam de encontro ao pacto firmado, continuando os tratados de ajuda mútua com os rebeldes.

A pressão do Império do Brasil fez com que Rivera rompesse relações comerciais com a República Rio-Grandense, a qual sobrevivera em grande parte devido às trocas comerciais estabelecidas na praça comercial de Montevideú. Este ato representou um duro golpe para os farroupilhas. No entanto, os rebeldes permaneceram em uma dúbia relação com

Rivera e Oribe, interessados em manter a logística de suas ações militares, supridos de armas e munições provenientes da região do Prata.

Negociando com imperiais e farroupilhas, Rivera assinou inúmeros tratados. Com a República Rio-Grandense, além dos acertos de Piratini e Canguê, assinou o Tratado de Paissandu, em setembro de 1838; a Convenção Secreta, de 5 de junho de 1841; a Convenção de Auxílios, de 28 de dezembro de 1841; a Convenção de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842; a segunda Convenção de Paissandu, de 15 de outubro de 1842; e a Convenção das Pontas do Quaraí, em 6 de março de 1844. A partir de sua avaliação de que era arriscado manter relações com os rebeldes farroupilhas, reivindicou a posição de pacificador entre os litigantes brasileiros. Entretanto, foi excluído pelo barão de Caxias, encarregado por D. Pedro II de pacificar a Província de São Pedro a partir de 1842, das negociações de paz e foi duramente combatido pelas tropas oriberistas-rosistas, determinando o seu reconhecimento da República Rio-Grandense como um Estado independente através da Convenção das Pontas do Quaraí.

O cientista político e historiador Moniz Bandeira se refere ao tratado feito entre Bento Gonçalves e o governador Pedro Ferré de Corrientes, em 1842, destacando que no final do mesmo ano ocorreria o Congresso de Paysandu, uma iniciativa de Rivera “a fim de concluir e formalizar os ajustes contra o Governo de Buenos Aires, o que evidenciava o andamento das articulações para a formação do Uruguai Maior, isto é, da Federação do Uruguai” (1995). Estas alianças motivariam como resposta do Império a “aceitação das condições de Rosas, com o Império e a Confederação tratando de uma intervenção conjunta contra os adversários comuns” (1995).

Manuel Oribe assumiu o governo uruguaio em 1835, concomitantemente à guerra civil farroupilha no Rio Grande. Governou até 1838, quando renunciou em consequência da guerra desencadeada por Rivera. Desde este momento, a geopolítica sulina seria um jogo de, no mínimo, cinco posições: imperiais, farroupilhas, riveristas, oriberistas e rosistas. Dependendo da conjuntura, as alianças se compunham e se dissolviam, muitas vezes sem as formalidades de praxe. Rivera, primeiro presidente eleito do Uruguai, em 1830, foi substituído por Oribe, passando ao comando geral da campanha. Oribe determinou uma análise administrativa no seu mandato, descobrindo indícios de corrupções. Por esse motivo, o destituiu do comando militar.

Logo no início de seu mandato, Oribe enviou para o Rio de Janeiro o coronel José Maria Reyes. A sua missão era propor ao Império um tratado de fronteira em conjunto com uma aliança ofensiva e defensiva para combater o general Rivera, que praticamente dominava

a campanha agindo contra o governo de Montevideú, e associado aos rebeldes farroupilhas do Rio Grande.

A posição do governo oriental, sustentada pelo comissário Jose María Reyes, era de “fazer chegar a fronteira uruguaia, pelo menos, até o rio Ibicuí”. Essa opinião também era compartilhada pelo visconde de São Leopoldo, o qual afirmou que o Uruguai, aproveitando a conjuntura de guerra civil no Rio Grande, pretendia reviver as “antigas divisórias pelo tratado extinto de 1777” (GOLIN, 2002, p. 347).

Mais tarde, já novamente Rivera na presidência do Estado Oriental, mostravam-se evidentes para José Pandiá Calógeras as manobras do caudilho colorado com os unitários¹ argentinos no exílio e com os republicanos do Rio Grande, em função de planos bastante ambiciosos de fazer frente simultaneamente ao Império e à Confederação Argentina. A concepção do Partido Unitário argentino primava pela necessidade de um governo centralizado entre as Províncias Unidas do Rio da Prata sob a égide da Província de Buenos Aires. Em janeiro de 1831, Rosas e Estanislao López, governante de Santa Fé, impulsionaram o Pacto Federal entre Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios, tendo como principal objetivo impedir a expansão do unitarismo.

Rivera não agia sómente com orientaes: ligava-o um pacto com os republicanos rio-grandenses. Cartas de Fructuoso, de Lavalle, dos chefes farrapos, publicadas por Saldías, mostram quão intimas as relações entre todos elles (...) Rivera aceitava os auxilios, visando mais alto, separar algumas provincias da Confederação, para, com o Rio-Grande, ampliar até o Paraguay o linde da antiga Banda Oriental, constituindo assim a solução uruguaya (CALÓGERAS, 1989, p. 197).

O início dos anos 1840 seria extremamente desafiador para o Império do Brasil: guerra civil nas províncias, guerra entre caudilhos e bloqueio francês no Prata². Os farroupilhas, que estavam na ofensiva entre 1835 e 1840, passaram a ser combatidos por um exército reorganizado e equipado sob as ordens do militar Luís Alves de Lima e Silva, o barão de Caxias. Entretanto, enquanto se acirrava o conflito no Rio Grande, em outubro de 1840, Buenos Aires assinou um tratado de paz com a França. Se o bloqueio naval francês determinava prejuízos ao Brasil, no Prata, agora, o perigo era de outro tipo. Rosas poderia dedicar-se completamente ao seu projeto de reconstrução espacial do vice-reinado, ameaçando as fronteiras do Império.

Em 1840, porém, consolidou-se no Brasil o bloco de poder que tinha como núcleo a oligarquia enriquecida com a produção de café nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse setor oligárquico

hegemônico aliou-se à burocracia governamental na defesa do Estado centralizado, para o qual obteve legitimidade ao colocar à frente de seu governo, antecipadamente, D. Pedro II. As oligarquias regionais convenceram-se de que o modelo monárquico centralizador lhes convinha, pois seria útil para manter a ordem escravocrata e, no plano externo, teria melhores condições de gerenciar os problemas, quer em relação às grandes potências, como as pressões inglesas contra o tráfico de escravos, quer na região estratégica do Rio da Prata (DORATIOTO, 2008, p. 223-224).

Para o Brasil, uma Argentina poderosa era considerada como uma ameaça à soberania do Paraguai e Uruguai. A manutenção da independência de ambos os países era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, o que impossibilitaria a comunicação entre a província do Mato Grosso com a capital brasileira, realizada, em grande parte, por água, através da conexão dos rios da bacia do Prata com o Atlântico. Não convinha ao Império que se formasse uma grande nação, capaz de inquietá-lo, pelo espírito da tradicional rivalidade, que sempre dividira os antigos domínios das duas metrópoles, Portugal e Espanha.

Acreditava o governo imperial brasileiro que, uma vez livre da intervenção anglo-francesa e confirmado seu poder no Estado Oriental (Uruguai), com a eventual vitória dos *blancos*, na guerra civil, Rosas teria condições de submeter totalmente a oposição interna argentina. Alcançado tal intento, raciocionava o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza, o Paraguai seria anexado em seguida pela Confederação Argentina, que se tornaria extremamente forte, enquanto o Brasil ficaria isolado. Chegaria, então, o momento de o Ditador “vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormíssimas”. O Império preparou-se para, com o apoio de setores políticos internos platinos, intervir no Uruguai em favor dos colorados e na Confederação para depor seu líder (CERVO, 1998, p. 188).

Entretanto, também ocorreram tentativas de aproximação do Império com o governador de Buenos Aires, tamanha era sua preocupação em recuperar o controle sobre todo seu território, restabelecendo a paz que ameaçava a sua soberania:

Não teve nenhum escrúpulo em se aproximar da Argentina, em complicadas negociações, para propor uma aliança com Rosas contra o uruguaio Rivera e os farroupilhas da incômoda República Rio-Grandense. Mesmo sabendo que aquele seria mais cedo, ou mais tarde, o seu grande adversário, o Império necessitava consolidar a ordem interna antes de buscar atitudes mais hostis no espaço platino. A partir dos anos 50, de fato, o Brasil partiria para as campanhas contra Oribe e Rosas, e anos depois para a Guerra da Tríplice Aliança, nelas contando com o concurso dos chefes rio-grandenses (SILVA apud GUAZZELLI, 1997, p. 70).

Porém, segundo Amado Cervo, ao longo de seu governo, de 1829 a 1852, Rosas “esquivou-se de formalizar alianças com o Brasil” (1998). Frente à sua recusa, o governo imperial buscou fortalecer-se e, para tanto, necessitava contar com a unidade interna brasileira. Ao governo forte da Confederação somente poderia contrapor-se outro governo forte. A derrota de Rosas e de seus aliados era uma necessidade para a consolidação do Estado nacional brasileiro, monárquico e centralizado. A preponderância do Império na região do Prata inviabilizaria futuros movimentos rebeldes no Brasil meridional, por carecerem de apoio externo, e asseguraria o contato fluvial-atlântico com o Mato Grosso.

Na realidade, Rosas dispensou a aliança com o Império porque fora afastada a ameaça de intervenção anglo-francesa contra si e Corrientes fora pacificada. No Brasil essa recusa foi interpretada como uma afronta a D. Pedro II e, mais, fez com que os governantes brasileiros se convencessem de que Rosas era um inimigo do Império e, portanto, montaram uma estratégia para enfrentá-lo³ (DORATIOTO, 2008, p. 225).

Uma das peças da engrenagem de oposição a Rosas eram os descontentamentos internos com a política *unitarista*, a exemplo de Corrientes e Entre Rios. No futuro, a aliança imperial com seus caudilhos seria decisiva na guerra contra Rosas. Entretanto, no período da insurreição farroupilha, a chancelaria argentina considerava que existia um interesse comum com o Brasil: “Frutuoso Rivera, em guerra com a Argentina e aliado dos farroupilhas” (GOLIN, 2002, p. 357).

As provas eram cabais, segundo os exemplos argentinos: o caudilho oriental supria os rebeldes rio-grandenses de cavalos e armas; permitia a concentração das forças insurretas sul-rio-grandenses na campanha uruguaia, onde continuamente se refugiavam. Após o Tratado das Pontas do Quaraí, de março de 1844, as argumentações de Rosas eram mais contundentes. Entretanto, o Brasil sabia que aquele pacto entre dois “Estados” era ilusório. Os farroupilhas já estavam “derrotados militarmente por Caxias; seus cabos de guerra escondiam-se pela campanha com salvo-condutos imperiais, à espera do momento oportuno para aceitar a anistia oferecida pelo imperador” (GOLIN, 2002, p. 358).

Na análise do historiador Tau Golin, Rivera sequer se constituía em uma ameaça. Na ótica do Império, nada poderia ser melhor que uma aliança entre os farroupilhas e Rivera. O perigo mesmo estaria se tivessem escolhido outros aliados. O problema adquiriria uma outra envergadura se os ineptos farroupilhas tivessem prosseguido nas negociações com Oribe e Rosas e assumissem uma posição de apêndice das forças portenhas. Portanto, desmanchar a

linha fronteira acertada entre Rivera e Bento Gonçalves seria somente uma questão de tempo. Além do exército do barão, os farroupilhas estavam na mira de Oribe/Rosas. Já consumidos pelo ácido da discórdia entre seus dois grupos internos, Bento Gonçalves, como presidente e chefe da maioria⁴, assinou a sentença de morte da sedição que começara nove anos antes, ao lhe retirar qualquer perspectiva internacional e enredar-se na aliança com um caudilho confinado na campanha latifundiária e perseguido pelas tropas blancas-unitaristas.

A partir do que foi exposto, nota-se a importância que a guerra civil farroupilha representou para o Império. O empenho político, diplomático e militar exercido pelas autoridades imperiais demonstraram como era vital a pacificação da insurreição para que a construção/preservação da ordem interna brasileira fosse alcançada. Todavia, era significativo que fossem tomados os cuidados para preservar a classe dominante local sulina. O Império dependia da produção sul-rio-grandense, “que não poderia ser completamente desorganizada; além disso, tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região” (GUAZZELLI, 1997, p. 76).

Através da historiografia disponível é possível vislumbrar o quão tênue eram as relações farroupilhas com o Prata, justificadas pelo principal objetivo de atender as motivações pessoais e políticas das lideranças envolvidas na guerra. Aliás, as próprias relações entre os líderes farroupilhas concebiam-se por este mesmo propósito, provocando inúmeras divergências e “traições”⁵ entre estes. É necessário, pois, que a guerra civil farroupilha seja vista sob uma ótica mais global. Entendemos que a compreensão do espaço regional depende de sua referência constante ao sistema global de relações do qual foi recortado, “resultando das relações sociais que mantém com outras regiões e com a sociedade global, sendo determinada do exterior e elaborada internamente” (SILVA apud RECKZIEGEL, 1999, p. 20). Sendo assim, salientamos que a abordagem das relações entre estes três vértices - Império, Farroupilhas e Prata - é essencial para a compreensão do que o fenômeno da secessão/insurreição/revolução farroupilha representou para a história do Rio Grande do Sul.

NOTAS

¹ Para um aprofundamento sobre os conceitos de unitarismo e federalismo. Ver: LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. La Santa Federación. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 2000, v. 9.

² Entre 1838-1850 houve constantes bloqueios navais anglo-franceses a Buenos Aires e a Montevideú. Os europeus desejavam, sobretudo, a liberdade de comércio para os seus produtos, naqueles portos, assegurar à independência do Uruguai e franquear o rio da Prata à navegação internacional. Ver: BANDEIRA, Luiz Alberto

Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995, p. 65-67.

³ O texto de *Civilización i Barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga i aspecto fisico, costumbres i ábitos de la Republica Argentina*, de Domingo Faustino Sarmiento, foi utilizado pelo Império do Brasil como poderoso instrumento de convicção da elite brasileira e de seus aliados na campanha contra Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. A montagem da poderosa operação da monarquia, do Partido Colorado uruguaio e da arregimentação das forças de Urquiza, em especial, teve o seu argumento propagandístico fundamentado, em grande parte, no *Facundo*. Ver: GOLIN, Tau. *Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas*. III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales. Santiago – Chile – 2005.

⁴ Além dos grupos formados por compadrios, politicamente, os “rebeldes” formavam três partidos, muitas vezes expressando programas difusos e incongruentes, nos espectros das tendências da maioria monarquista-militar, da oposição monarquista-liberal, e da minoria republicana separatista. Invariavelmente, as lideranças dessas tendências procuravam manter relações com segmentos políticos e econômicos no Prata, via representações governamentais ou pessoais. Ver: GOLIN, Tau. *A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

⁵ Ver GOLIN, Janaíta da Rocha. *Divergências e Traições entre as lideranças farroupilhas: a partir da documentação do Barão de Caxias no período de 1842 a 1845*. Monografia (Especialização). Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria - RS, 2007. Disponível em: <http://bibweb.si.ufsm.br/>

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império. Volume III: Da Regência à Queda de Rosas*. Brasília: Câmara do Deputados/Companhia Editora Nacional, 1989 (Edição Fac-Similar).

CERVO, Amado Luiz, Mario Rapoport (orgs). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)*. Disponível em: <http://revistas.cliomatica.com/index.php/textosh/article/viewFile/58/56>.

GOLIN, Janaíta da Rocha. *Divergências e Traições entre as lideranças farroupilhas: a partir da documentação do Barão de Caxias no período de 1842 a 1845*. Monografia (Especialização). Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria - RS, 2007. Disponível em: <http://bibweb.si.ufsm.br/>.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

GOLIN, Tau. *Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas*. III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Santiago – Chile – 2005.

GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná, um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997. (tese de doutorado).

LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. La Santa Federación. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 2000, v. 9.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. Revista História Debates e Tendências. Disponível em: http://www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=5.